



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

**Autos nº0902432-45.2016.8.24.0039**

**Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa/PROC**

**Autor:** Ministério Público do Estado de Santa Catarina

**Réu:** Davide Moro

**Vistos para sentença**

O Ministério Público de Santa Catarina, em exercício neste juízo, ajuizou **Ação Civil de Improbidade Administrativa** em face de Davide Moro, já qualificado na inicial.

Alegou, em apertada síntese, que o adolescente Davide Moro Júnior foi apreendido por policiais militares, em situação de flagrância da prática do ato infracional análogo ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, ocasião em que foi encontrado com o menor, além de drogas, um aparelho celular de propriedade da Câmara de Vereadores do Município de Lages, que estava à disposição do réu Davide Moro, eis que exerce a função de vereador por essa urbe.

Sustentou que, ao que parece, o réu Davide Moro manteve consigo o chip que possuía da Câmara de Vereadores, inserindo-o em seu celular pessoal, e entregou o aparelho celular Iphone que recebera em comodato do Poder Público – Câmara de Vereadores de Lages – ao filho menor, Davide Moro Júnior.

Culminou requerendo a procedência do pedido inicial, aplicando-se ao réu as sanções previstas no art. 12, inc. II, da Lei n. 8.429/92, por infringência ao artigo 10, inc. II, do mesmo Diploma Legal, com a condenação deles nas verbas de sucumbência e demais cominações de estilo e, sucessivamente, as sanções previstas no art. 12, inc. III, da Lei n. 8.429/92, por infringência ao artigo 11, *caput* e inc. I, do mesmo Diploma Legal.

Valorou a causa e documentos (fls. 11/151).

Notificado na forma do art. 17, § 7º, da Lei n. 8.429/92 (fl. 157), o réu apresentou defesa preliminar às fls. 160/170.

Recebida a inicial, determinou-se a citação do réu (fls. 322/324), que foi devidamente cumprida (fl. 331).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

O réu, na contestação de fls. 333/341 asseverou que: a) na época dos fatos cumpria seu mandato como vereador, e a Câmara de Vereadores, em comodato com a Empresa Claro/SA, forneceu um celular para que ficasse à disposição do vereador; b) como já possuía seu próprio celular e por problemas de adaptação ao Iphone que lhe fora fornecido, deixou-o guardado em sua casa, dentro do guarda-roupas existente em seu quarto; c) seu filho, sem o seu consentimento, pegou o referido aparelho, trocou o chip por um que já que utilizava, e passou a usar referido aparelho, sem que tivesse conhecimento disto; d) o aparelho foi devolvido, em perfeitas condições de uso, não havendo que se falar em danos ao erário; e) foi vítima da situação, não tendo praticado ato ímprobo. Requereu a improcedência dos pedidos.

Houve réplica (fls. 346/350).

Saneado o feito (fl. 351) e realizada audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas 3 (três) testemunhas arroladas pelo autor e 3 (três) arroladas pelo réu. Ato contínuo, determinou-se a abertura de vista às partes, para apresentação de alegações finais (fl. 373).

As partes apresentara alegações finais às fls. 374/383 e 384/390, ratificando os pedidos anteriormente formulados.

Vieram-me os autos conclusos.

**Decido.**

Trata-se de Ação Civil de Improbidade Administrativa ajuizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, em exercício neste juízo, ajuizou em face de Davide Moro, ambos já qualificados na inicial, a fim de apurar eventual prática de improbidade.

Prolato julgamento de mérito do processo, em inobservância a ordem cronológica de julgamento (art. 12 Lei n. 13.105/2015), porquanto o processo encontra-se na Lista da Meta 04 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), esta última que dispõe acerca da necessidade do impulsionamento de todos os processos relacionados à corrupção e improbidade administrativa, pois têm prioridade para julgamento.

Consta da exordial que o réu entregou o aparelho de celular Iphone, que recebera em comodato do Poder Público – Câmara de Vereadores de Lages –, ao filho menor, Davide Moro Júnior.

Considerando que não há preliminares a serem analisadas, passo à análise do **mérito** da lide.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

A Constituição da República, no art. 37, *caput*, determina que "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]".

Na espécie, a controvérsia travada na presente ação por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público contra o demandado trata de violação ao artigo 10, inc. II, e ao artigo 11, *caput* e inc. I, ambos da Lei Federal nº 8.429/92, *in verbis*:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...];

II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

[...].

Art. 11. **Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:**

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

[...]. (Sem grifo no original)

Ato de Improbidade administrativa, para Daniel Amorim Assumpção Neves, "pode ser compreendido como o ato ilícito, praticado por agente público ou terceiro, geralmente de forma dolosa, contra as entidades públicas e privadas, gestoras de recursos públicos, capaz de acarretar enriquecimento ilícito, lesão ao erário ou violação aos princípios que regem a Administração Pública. (Manual de Improbidade Administrativa, 6. ed., 2018, p. 07).

Por sua vez, José Antonio Lisboa Neiva doutrina que:

[...] improbidade derivaria do latim *improbitas*, expressão



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

que significa má qualidade, imoralidade ou malícia. Isto nos leva a concluir que a improbidade revelaria a qualidade do homem que não procede bem, que age indignamente, porque não tem caráter. Improbidade seria o atributo daquele que é ímprobo, ou seja, aquele que é moralmente mau, violador das regras legais ou morais. Vincula-se, portanto, ao sentido de desonestidade, má fama, incorreção, má indole"; e complementa o doutrinador que "a improbidade administrativa configurar-se-ia como ação ou omissão dolosa de agente público ou de quem de qualquer forma com a conduta, com a nota imprescindível da deslealdade, desonestidade ou ausência de caráter, que viesse a acarretar, conforme o caso, enriquecimento ilícito, lesão ao patrimônio das pessoas jurídicas mencionadas no art. 1º da LIA ou que violasse os princípios da Administração Pública, nos termos previstos nos arts. 9º, 10 e 11 da citada Lei." (Improbidade Administrativa: legislação comentada artigo por artigo, 3. ed., 2012, p. 06 e 10).

Já Silvio Antônio Marques, ao citar João Batista de Almeida, define improbidade administrativa como "desonestidade, infringência ao princípio da moralidade, com enriquecimento ilícito, dano ao erário ou ofensa aos princípios constitucionais da Administração Pública e às normas legais (Improbidade Administrativa: Ação Civil e Cooperação Jurídica Internacional, 2010, p. 40).

Ainda, importa destacar que, para que o agente público seja penalizado com qualquer das sanções previstas no art. 12 da Lei Federal n. 8.429/92, é necessário que ele tenha agido com má-fé ou pelo menos culposamente.

Além disso, de acordo com o art. 21, inc. I, da Lei nº 8.429/1992: "Art. 21. **A aplicação das sanções previstas nesta lei independe: I - da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público**, salvo quanto à pena de ressarcimento; [...]". (Sem grifo no original)

Acerca da questão, já decidiu a jurisprudência Catarinense:

APELAÇÕES CÍVEIS. ENUNCIADO N. 02 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDÊNCIA DO CPC/73. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRÁTICA DE ATOS VIOLADORES DE PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. [...] INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CABIMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, EM DECORRÊNCIA DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AINDA QUE AUSENTE PREJUÍZO AO ERÁRIO.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

**"Se configura ato de improbidade a lesão a princípios administrativos, o que, em regra, independe da ocorrência de enriquecimento ilícito ou de dano ao Erário"** (STJ. AgInt no AREsp 1008646/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 19/06/2018, DJe 22/06/2018). [...]. (TJSC, Apelação Cível n. 0007666-94.2010.8.24.0022, de Curitiba, rel. Des. Vilson Fontana, Quinta Câmara de Direito Público, j. 16-08-2018). (Sem grifo no original)

Ademais, compete ressaltar que "[...] o dano aos cofres públicos não é pré-requisito à aplicação da sanção de perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, uma vez que, a depender da espécie [...], a máquina pública pode servir tão somente de meio para a obtenção de vantagem espúria [...]". (TJSC, Apelação Cível n. 0006120-92.2012.8.24.0067, de São Miguel do Oeste, rel. Des. Vilson Fontana, Quinta Câmara de Direito Público, j. 04-10-2018)

Logo, a responsabilidade dos agentes envolvidos nos atos de improbidade administrativa independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise das provas produzidas nos autos.

É fato incontroverso, porquanto comprovado documentalmente (fls. 27, 30, 42/47, 62 e 69/73) e não contestado pelo réu, que seu filho, Davide Moro Júnior foi apreendido no dia 21 de agosto de 2016, por policiais militares, em situação de flagrância da prática do ato infracional análogo ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, ocasião em que foi encontrado com o menor, além de drogas, um aparelho celular marca Iphone, de propriedade da Câmara de Vereadores do Município de Lages, que estava à disposição do réu Davide Moro, eis que exerce a função de vereador.

A controvérsia da lide cinge-se à forma como o aparelho de celular Iphone, de propriedade da Câmara de Vereadores do Município de Lages, estava na posse do adolescente Davide Moro Júnior, se com ou sem o conhecimento/consentimento do seu pai, o vereador e ora réu, Davide Moro.

**Flaviano Furtado Beppler** (audiovisual anexo à fl. 373), ouvido sob compromisso legal, disse que é servidor efetivo da Câmara de Vereadores de Lages, na função de analista de informática, prestando serviços nos computadores e telefonia, desde maio de 2011. Participou auxiliando na elaboração do edital para aquisição



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

de celulares para os vereadores da Câmara de Lages, recebeu os aparelhos da empresa vencedora (Claro), e efetuou a distribuição dos aparelhos para os vereadores e alguns servidores da Câmara. Via de regra, na Câmara de Vereadores, são entregues 2 (dois) aparelhos por gabinete, sendo que um fica com o vereador e outro com um dos assessores, a escolha do vereador. Alguns servidores também recebem, mas quem decide quem usa é o Presidente da Câmara ou o Diretor Geral. É feito um termo de responsabilidade, sendo que o vereador e/ou servidor fica responsável pelo aparelho. O réu recebeu um aparelho pra ele, e outro ficou com um dos assessores. Tomou conhecimento dos fatos relatados nestes autos quando chegou um ofício para que fornecesse dados para desbloquear ou ter acesso ao conteúdo do aparelho, pois é entregue formatado ou lacrado. Sabe que esse aparelho foi posteriormente devolvido à Câmara de Vereadores, sem o chip. Com relação ao chip, o controle de contas é feito pela Sra. Nilva, Tesoureira da Câmara. O aparelho, quando devolvido, tinha algumas avarias de uso normal, encontra-se no setor e não foi mais utilizado. Não sabe se a Câmara de Vereadores teve que ressarcir à Empresa Claro por algum valor com relação a esse aparelho celular. Não tem conhecimento se o Vereador Davide passou por algum processo disciplinar dentro da Câmara de Vereadores.

A testemunha **Giovani Burguer Ribeiro** (audiovisual anexo à fl. 373), ouvida sob compromisso legal, disse que é policial militar e realizou a abordagem do adolescente Davide Moro Júnior, com o qual fora encontrado drogas, dinheiro e um aparelho celular. Apreenderam o celular e ficou sabendo nesta data que o celular era do Vereador Davide Moro. Na época era um bom celular. Não perguntou se o celular era dele, pois pelas mensagens e contatos era dele. Não recorda, mas provavelmente o celular estava com o filho do réu.

No mesmo sentido, **Emanuel Ortiz** (audiovisual anexo à fl. 373), ouvido sob o crivo do contraditório, disse que é policial militar e realizou a abordagem do adolescente Davide Moro Júnior, na Rua Marechal Floriano, quando localizaram drogas com ele. Perguntado se tinha mais drogas na casa, ele confessou. Dirigiram-se à casa dele, onde encontraram mais drogas. O celular foi apreendido com o adolescente, tinha os contatos dele, recordando que tinha mensagens indicando a traficância, tendo sido levado para a Delegacia. Quando o menor foi abordado, não recorda, mas acha que estava na posse do celular apreendido.

Por outro lado, a testemunha **João Rodrigues Gomes Neto** (audiovisual anexo à fl. 373), ouvido na qualidade de testemunha, disse que na época dos





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

fatos, estava fazendo uma prestação de serviços (pintura) na casa do réu, tendo acesso a toda a residência. Quase não viu o adolescente, filho do réu. Não entrou apenas na lavanderia. As portas de todos os cômodos eram abertas. Mudaram o guarda-roupas de lugar, duas vezes, tendo que tirar os objetos do seu interior. Viu um celular no guarda-roupas do vereador e até pediu para negociar o aparelho com ele, mas ele falou que o celular era da Câmara de Vereadores e não poderia vender. Realizou serviço na casa do vereador por cerca de 1 (um) mês e meio. Depois dos fatos, montou uma antena na casa do vereador. Passou num concurso da prefeitura, e parou de fazer serviços gerais. Viu o filho do vereador em algumas oportunidades, enquanto prestou serviços na casa dele. Ficou sabendo dos problemas com a polícia enfrentados pelo filho do vereador. Já havia acabado os serviços há um ou dois meses quando soube dos fatos envolvendo o adolescente.

**Gisele Aparecida Ribeiro** (audiovisual anexo à fl. 373), ouvida sob o crivo legal, disse que prestou serviços na casa do vereador, realizando serviços gerais de limpeza da casa. Via o filho do vereador circulando pela casa, mas não tinha contato direto com ele. As portas de todos os cômodos não eram trancadas. Tinha acesso a todos os cômodos. Em algumas oportunidades, esporadicamente, teve contato com os guarda-roupas, para guardar algumas coisas. Prestou serviços por quase um ano na casa do réu. O adolescente morava na mesma casa do vereador. Na casa moravam apenas os dois.

Já **Sirlei de Fátima Lopes Vidal** (audiovisual anexo à fl. 373), ouvida sob o compromisso legal, disse que prestou serviços na casa do vereador, passando roupas, arrumando os guarda-roupas. Trabalhava para o réu uma vez por semana. Nunca viu o adolescente com o celular Iphone. Viu o celular numa caixa, dentro do guarda-roupas do réu, sendo que pediu para comprá-lo, mas o vereador disse que não poderia vender nem emprestar, pois era da Câmara de Vereadores. As portas dos cômodos eram abertos, sendo que tinha acesso à casa toda. O filho do réu morava com ele. No local moravam apenas os dois. Trabalha com o réu há cerca de 3 anos. Na época dos fatos, já trabalhava com o réu. A depoente tem celular, e já tinha naquela época. Perguntada se sabe o que é um Iphone, respondeu que viu o celular na caixa, mas não sabia que tipo de celular era. Estava sem celular, por isso pediu se ele emprestaria ou venderia o aparelho para a depoente. Não sabe se o vereador emprestou o celular para o filho, nem de que o menino tenha pego sem autorização.

As testemunhas arroladas pelo réu Davide Moro, embora



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

tenham afirmado que viram o celular Iphone no interior do guarda-roupas do quarto do vereador, nada esclarecem acerca de como ele estava na posse do filho dele, Davide Moro Júnior.

Ademais, a tese de que o menor pegou referido sem o consentimento do réu não restou devidamente comprovada nos autos, incumbência esta que lhe competia, a teor do disposto no art. 373, inc. II, do CPC.

Ainda, como bem assentiu o Douto representante do Parquet Estadual, "[...] após a apreensão, os policiais localizaram conversas que tratavam da venda de drogas, além de contatos do adolescente salvos no Telefone" (fl. 376), o que denota que o aparelho de celular já se encontrava na posse do adolescente há algum tempo.

As testemunhas de Defesa, ouvidas em Juízo, prestaram depoimentos, a meu ver, direcionados para tentar afastar a responsabilidade do réu. Isso porque é difícil de acreditar que as pessoas ouvidas não tivessem conhecimento acerca da marca do aparelho celular referido – e nesse ponto, o aparelho supostamente visto pelas testemunhas poderia nem mesmo ser o celular descrito na inicial – e/ou do seu preço de mercado que, à época dos fatos, era considerado um dos melhores.

Da mesma forma, é pouco crível que meros prestadores de serviços (pintura, montagem e limpeza), que frequentavam a casa do réu há pouco tempo, tivessem tamanha intimidade a ponto de mexer no guarda-roupas dele, encontrar o suposto aparelho de celular e, estranhamente, fazerem a mesma proposta de compra.

Não bastasse tudo isso, o próprio afirmou no depoimento prestado à Promotoria de Justiça que o filho possuía um celular Motorola MOTO G3, comprado por ele para o menor (fl. 141).

Assim, não é crível que o réu não tenha consentido com o uso do celular, principalmente porque, morando na mesma residência do filho adolescente, impossível que jamais tenha percebido que o aparelho de celular, que deveria ser usado exclusivamente nas atividades ligadas à vereança, encontrava-se na posse do menor.

Dito isso, as provas produzidas nos autos efetivamente comprovaram que o réu Davide Moro permitiu ou não se opôs que o filho, Davide Moro Júnior, utilizasse para fins pessoais – demonstrado ainda, que o fez para fins espúrios (tráfico de drogas) – o celular IPHONE 6, de propriedade/posse da Câmara de Vereadores, que deveria ser usado exclusivamente por ele e para fins da vereança.

Observa-se que nos presentes autos que o celular IPHONE 6





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

foi restituído à Câmara de Vereadores, com marcas de uso mas sem avarias, não havendo que se falar em danos ao erário.

Contudo, o dolo restou devidamente configurado e demonstrado, este consistente não apenas na vontade livre e consciente do réu para a prática do ato ímprobo – entrega do celular que recebera em comodato, que sabia ser de uso exclusivo seu, ao filho, para uso pessoal – mas na certeza de que tal ocorreu em descumprimento a dispositivos legais, de forma a macular os princípios da legalidade e moralidade.

**DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DA LEI Nº 8.429/92**

Ante o exposto, em análise a todas as provas e documentação dos autos, verifica-se a prática de ato ímprobo, amoldando-se ao ato ímprobo descrito no art. 10, inc. II e no art. 11, *caput* e inc. I, *ambos* da Lei nº 8.429/92:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...];

II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

[...].

Art. 11. **Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições**, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

[...]. (Sem grifo no original)

O ato de improbidade do art. 10, inc. II, e 11, *caput* e inc. I, *ambos* da Lei nº 8.429/92, aplica-se as sanções descritas no art. 12, incs. II e III, da LIA, *in verbis*:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).

[...].

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Já o parágrafo único do art. 12 da Lei nº 8.429/92 determina que "na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente."

Ainda, deve-se observar que "a Lei de improbidade administrativa não estabelece a aplicação cumulativa das sanções, cabendo ao magistrado, na análise de cada caso, aplicar a mais adequada, em conformidade com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade" (STJ, AgRg no AgRg no Ag 1261659/TO, rel.: Ministro Humberto Martins).

Sendo assim, aplico ao réu as penas previstas no art. 12, inc. II, da LIA, conforme passo a expor.

Inicialmente, cumpre registrar que, de acordo com o artigo 12, *caput*, da Lei 8.429/92, as sanções podem ser fixadas **isolada** ou **cumulativamente**, de acordo com a gravidade do dano.

Portanto, em se tratando de ação civil de improbidade



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

administrativa, faz-se necessária a ponderação de valores a ser feita caso a caso pelo Magistrado, valendo-se da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade social da lei.

No tocante à pena de perda da função pública, sabe-se "[...] que põe fim definitivo ao vínculo jurídico do agente com a administração pública. Essa sanção extingue a atividade laborativa lícita e a fonte de renda do agente público. Diante de sua severidade, justifica-se apenas quando se constatar a definitiva incompatibilidade com a gestão da coisa pública, a partir de critérios como, por exemplo, a personalidade do agente, o perigo de lesão futura, o efeito negativo produzido à administração pública". (Dipp, Gilson e Carneiro, Rafael Araripe. **A dosimetria das sanções por improbidade administrativa**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jan-19/opiniaao-dosimetria-sancoes-improbidade-administrativa>>. Acesso em 05 ago 2019).

Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência:

As sanções de perda do cargo e/ou função pública, assim como a de suspensão dos direitos políticos constituem as mais drásticas das penalidades estabelecidas na Lei de Improbidade Administrativa, devendo, por isso, serem aplicadas apenas em casos graves, sempre levando em conta a extensão do dano. (STJ, AREsp 1.013.434, min. Og Fernandes, DJe 31/3/2017)

No caso em tela, a partir da análise das peculiaridades do ato ímprobo praticado pelo réu – baixa gravidade, reprovabilidade e sem dano ao erário –, entendo que a aplicação da pena de perda da função pública é demasiadamente severa, razão pela qual, deixo de aplica-la.

De outro norte, aplica-se a suspensão dos direitos políticos ao réu, pelo prazo de 8 (oito) anos, diante da prática de ato ímprobo conforme o art. 10 da Lei n. 8.429/92 e Sumula Vinculante 13 do STF.

Deixo de aplicar a pena de ressarcimento de danos ao erário/perdimento dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, posto que o celular IPHONE 6 fora devolvido à Câmara de Vereadores, com algumas marcas de uso mas sem avarias.

Quanto à aplicação da pena de multa civil, como bem assentiu o Douto membro do Parquet Estadual "[...] embora a conduta do requerido encontre adequação típica inicialmente no art. 10 da Lei n. 8.429/92, entende-se adequado que a base de cálculo da multa corresponda ao valor disposto no art. 12, inciso III, do mesmo Diploma [violação de princípios], qual seja: "multa civil de até cem vezes o valor da



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

remuneração percebida pelo agente", inclusive, porque é inegável que o comportamento delituoso do Requerido também implicou violação de Princípios" (fl. 382).

Acerca da possibilidade de aplicação do parâmetro fixado no art. 12, inciso III, da LIA, colhe-se da doutrina de Fabrício Pinto Weiblen:

Pense-se, por exemplo, no crime de peculato (art. 312 do CP) envolvendo baixos valores, cuja conduta configura, sem sombra de dúvidas, ato de improbidade administrativa. **Nesses casos, diante da impossibilidade de fixação da multa em valor compatível com a gravidade do ato pela utilização dos critérios do art. 9º ou do art. 10 da LIA, entende-se possível, à luz da necessidade de sanção suficiente para repressão e prevenção de condutas ilícitas, a aplicação do critério do art. 11 da LIA (o qual restou certamente configurado pela conduta, em razão da violação a princípios) para a aplicação da pena de multa, de modo que o valor de tal sanção seja calculado com base na remuneração do agente público (art. 12, III, da LIA)** (Critérios de aplicação e dosimetria das sanções por atos de improbidade administrativa, 1ª ed. Florianópolis: Habitus, 2018, p. 67). (Sem grifo no original)

Sendo assim, aplica-se ao réu a multa civil, disposta no art. 12, inc. III, da Lei nº 8.429/92, no montante equivalente a 3 (três) vezes o valor do subsídio percebido pelo vereador à época dos fatos.

Por fim, aplico ao réu a penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

### **DISPOSITIVO**

Por tais razões, com fundamento nos princípios constitucionais previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal, **JULGO PROCEDENTE**, com resolução do mérito (art. 487, inc. I, do CPC), o pedido inaugural formulado pelo Ministério Público de Santa Catarina através da presente ação civil de improbidade administrativa deflagrada contra **Davide Moro** para, em consequência:

*i)* reconhecer que o réu incidiu em improbidade administrativa capitulada no art. 10, inc. II, da Lei n. 8.429/92 e, com fulcro no art. 12, inc. II e III (esse inciso, exclusivamente no tocante à multa civil, nos termos da fundamentação supra), da



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Lages**  
**Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. Públicos**

LIA:

*ii)* suspender os direitos políticos do réu, pelo prazo de 8 (oito) anos;

*iii)* condenar o réu ao pagamento de multa civil em montante equivalente a 3 (três) vezes o valor do subsídio percebido pelo vereador, ora réu, à época dos fatos, a ser apurado na fase de cumprimento de sentença, sobre a qual deve incidir **correção** monetária pelo INPC a contar desta decisão;

*iv)* proibir o réu de contratar com o Poder Público ou receber benefícios os incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

**CONDENO** o réu ao pagamento das custas processuais.

Sem honorários advocatícios, pois "dentro da absoluta simetria de tratamento, não pode o *parquet* beneficiar-se de honorários, quando for vencedor na ação civil pública" (STJ – Resp. n.º 493.823-DF).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Anote-se a presente condenação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

Transitada em julgado, oficie-se à Justiça Eleitoral, cumpra-se o Provimento n. 07/2008 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e, arquite-se, dando-se baixa na estatística.

Lages (SC), 05 de agosto de 2019.

**Karina Maliska Peiter**  
**Juíza de Direito**  
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE  
Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III, "a"

Lages, 11 de dezembro de 2024.

Ofício n. 1242/2024/05PJ/LAG

Excelentíssimo Senhor  
**MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI**  
Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina  
E-mail: pge@pge.sc.gov.br

VIA E-MAIL

Ao responder, favor mencionar o n. 09.2024.00009885-3.

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, por meio do presente, **REMETO-LHE** cópia da Portaria, da sentença e da certidão do trânsito em julgado, para cientificá-lo da sanção imposta [**proibição de contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de 5 (cinco) anos**], e, solicito que eventuais contratações e/ou concessões de benefícios, créditos ou incentivos envolvendo **Davide Moro**, CPF n. 664.751.809-63, sejam comunicados a este Órgão Ministerial para adoção das medidas cabíveis.

Atenciosamente,

**Jean Pierre Campos**  
Promotor de Justiça





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL**

**OFÍCIO GAB/PGE n. 669/2024**

Florianópolis, data da assinatura digital.

**Referência:** PGE 8863/2024

Senhor Secretário,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, para conhecimento e eventuais providências, o Ofício nº 1242/2024/05PJ/LAG, da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lages, o qual cientifica da sanção imposta, qual seja, “proibição de contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de 5 (cinco) anos” e solicita que “eventuais contratações e/ou concessões de benefícios, créditos ou incentivos envolvendo Davide Moro, CPF n. 664.751.809-63, sejam comunicados a este Órgão Ministerial para adoção das medidas cabíveis”.

Respeitosamente,

**ANDRÉ EMILIANO UBA**

**Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos**

Senhor

**VÂNIO BOING**

Secretário de Estado

Secretaria de Estado da Administração (SEA)

Florianópolis/SC



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **5F59F0OY**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**ANDRÉ EMILIANO UBA** (CPF: 039.XXX.669-XX) em 12/12/2024 às 14:11:49

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:32:35 e válido até 30/03/2118 - 12:32:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEdFXzY2MDRfMDAwMDg4NjNfODg3M18yMDI0XzVGNTIGME9Z> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PGE 00008863/2024** e o código **5F59F0OY** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.